

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Notícia da Jornde

Class.: 40

Data: 12 de março de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

### Ferrovia depende de acordo com índios

BELEM (FT) — As obras de construção da ferrovia que liga as Serras Peladas aos Carajás ao porto de Itaqui, no Maranhão, estão no momento paralisadas e pendentes de um acordo entre os índios Gaviões, da reserva de Mãe Maria, e a direção da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD. Os índios estão pedindo 46 milhões de cruzeiros, a título de indenização, num processo que se arrasta junto à CVRD desde dezembro do ano passado.

Ao dar essa informação, em Belém, o delegado regional da Funai, Paulo César Abreu, acrescentou que a ferrovia, que no futuro transportaria minérios do Programa Grande Carajás para exportação, via Maranhão, deverá atravessar a reserva de Mãe Mariano ex-

tremo Sul, numa extensão aproximada de 15 quilômetros, e onde os índios Gaviões desenvolvem algumas de suas atividades econômicas, especialmente a extração de castanha e madeiras nobres.

Os Cerca de 200 índios que hoje formam a reserva são os mesmos que receberam, após prolongados entendimentos, 40 milhões de cruzeiros da Elettronorte, que também violou a reserva para instalar, na área, suas linhas de transmissão do sistema ligado Norte-Nordeste.

Paulo César Abreu disse ainda acreditar que o Programa Grande Carajás afetará, no futuro, além da de Mãe Maria, mais três reservas indígenas, somente no Pará, sem contar as localizadas no Maranhão e que também serão atingidas.

As outras reservas são as de Catete, Parakana e Sororó, envolvendo uma população indígena estimada hoje em cerca de 700 pessoas.

Ele não sabe dizer ainda como a Funai poderá se antecipar em defesa dessas comunidades indígenas, já que sua Delegacia Regional enfrenta problemas sérios, sobretudo no tocante a pessoal. Ela tem a incumbência de zelar pelas 16 reservas indígenas do Pará e do Amapá, que totalizam 14 milhões de hectares, e precisaria, hoje, de menos 120 homens, em todos os níveis de qualificação profissional, para atuarem no campo, mas se vê impedida de fazer novas contratações, presa que está ao decreto presidencial que proíbe aos órgãos federais aumentarem seus efetivos.